

O manuscrito do *Dicionário da Língua Tupi*, de Gonçalves Dias, do Real Gabinete Português de Leitura

Ronaldo Menegaz*

Dentre as preciosidades do acervo de manuscritos da biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, encontra-se um códice novecentista de grande parte do *Dicionário da Língua Tupi*, de Antônio Gonçalves Dias. O mencionado códice tem como suporte material tiras de papel almaço numeradas de 1 a 17 e de 18 a 308 e mais 4 folhas não numeradas.

A primeira folha, de número 1, é formada de 4 peças de papel coladas sobre tira de cartolina. O princípio do texto, quase ilegível, contém o início do *Dicionário*, publicado em 1858, onde se lê: “A _ vogal, I. antepõe-se a certos verbos servindo em lugar do pronome = xe = a primeira pessoa, agente do verbo da oração.” Essa primeira folha mede 40cm x 10,5cm. A folha 2, que não possui reforço de cartolina, como a primeira, é um pouco menor, medindo 36cm x 11cm, e assim as seguintes. A última folha, também montada sobre cartolina, traz o último lema (ou entrada) da nominata do *Dicionário*, o significante *xuí* (artigo *ay*), que significa *morder*, segue-se a informação do autor de que o verbo faz no gerúndio *çugado*. Outras mais informações de Gonçalves Dias: “Çuí, lê-se no Dicionário brasileiro, e com razão, porque effectivamente a letra natural deste verbo é ç; e, se com o padre Figueira, a transformamos em X, é pela regra que deixamos consignada no artigo *xuban*.”

Xuban, que significa *chupar*, é o último lema (ou entrada) do dicionário manuscrito. (O autor chama de artigo, o que tradicionalmente se chama entrada e hoje a lexicologia recomenda chamar de lema).

* Pesquisador da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Pesquisador do Real Gabinete Português de Leitura, Núcleo de pesquisa: “Manuscritos e Autógrafos” e Lexicógrafo da Academia Brasileira de Letras.

Comparando-se o códice gonçalvino com a primeira edição impressa em 1858, pela F.A.Brockhaus em Leipzig, verifica-se que esta possui a mais que o códice 107 entradas relativas à letra *Y*, o que pode significar falta por perda de algumas páginas do manuscrito original. Antes de tratar da letra *Y*, o autor avisa: “Grande número de vocábulos, que começam por *Y* já ficão atrás referidos na letra *I*, onde devem ser procurados”. Apresentam-se alguns lemas (ou artigos, como usa o autor) da letra *Y*: *Yçayba* = espécie de formiga; *ygára* = canoa; *ygarapê* = rio, regato.

No prefácio de seu dicionário – fala-se aqui do já editado – diz o autor que foi encarregado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de apresentar uma memória acerca de nossos indígenas e que ele quis ocupar-se primeiramente dos que habitavam o litoral. É evidente que Gonçalves Dias não dispunha de um corpus de vocabulário tupi de que pudesse se valer para a escolha da nominata de seu dicionário. Baseou-se então, como ele próprio o diz, em estudos prévios da língua tupi “da qual tantos vestígios se encontram”. No prefácio da edição de 1858, ele informa que tomou grande número de notas e que empregou como base o vocabulário que o autor da *Poranduba Maranhense* acrescentou a seu trabalho, “valendo-me da *Gramática* do Padre Figueira, do *Dicionário Brasileiro*, publicado por um anônimo em Lisboa no ano de 1795, de um manuscrito com que deparei na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e cujo título me esquece agora, do outro dicionário também manuscrito da Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa e de quatro cadernos que acompanharam as remessas do nosso distinto e infatigável naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira durante sua comissão científica pelo Amazonas nos anos de 1785, 86 e 87.” Como se vê, foi um trabalho de compilação de obras que Gonçalves Dias encontrou no Rio de Janeiro e em Lisboa. O autor lamenta em seu prefácio não ter podido seguir o conselho do Doutor Peters, da Universidade de Berlim, de fazer a transcrição fonética dos “artigos” de seu Dicionário. No final de seu prefácio a obra é oferecida ao Instituto do Brasil, em Viena, 1857.

É curioso observar que Gonçalves Dias só se tenha valido da *Gramática* do Padre Figueira, não tomando conhecimento dos estudos lingüísticos de outros Jesuítas em seus primeiros séculos de catequese em terras brasileiras. Ele não cita Anchieta com sua *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, na oficina de António Mariz, 1595, que já se encontraria na Biblioteca Nacional (ou, como era chamada em seu tempo, Biblioteca Pública do Rio de Janeiro) por se tratar de livro pertencente à Real Biblioteca. É muito provável que o manuscrito que ele consultou na mesma biblioteca, e de cujo nome não se lembra, tenha sido o *Manuscrito Guarani da Biblioteca Nacional sobre a primitiva catequese dos índios do Brasil*, ainda inédito em seu tempo e publicado somente em

1879, na Tipografia de G. Leuzinger e Filhos. O conhecimento das línguas indígenas era uma das metas principais dos missionários que aqui vinham fazer a catequese dos naturais das terras que se incorporavam à então chamada cristandade. Para tanto eram feitas descrições lingüísticas, publicadas depois com o nome de gramática (como se deu com Anchieta). Assim, as lições de doutrina cristã podiam ser preparadas e dadas na língua dos aborígenes, e, desse modo, obter um rendimento bem melhor. Vocabulários e dicionários eram, em grande parte, bilíngües, isso é, em língua indígena–português, e em língua indígena–espanhol. O *Catecismo na Língua Brasileira* foi impresso em 1618, mas remonta certamente aos primeiros anos de catequese. Dela há uma reprodução fac-similar feita em 1952, pela PUC-Rio.

Por outro lado, não se pode deixar de notar a presença dos antigos trabalhos lingüísticos dos religiosos na escolha de palavras como lemas (ou artigos) do *Dicionário da Língua Tupi*, caso contrário, como se explicariam lemas como *jecoacu oçu* = quaresma; *jecoacub* = abstinência; *jemocuruçá* = persignar-se, fazer o sinal-da-cruz e outros termos relativos à liturgia católica, à moral cristã etc, o que leva a crer que as outras fontes consultadas por Gonçalves Dias já se tinham utilizado dos trabalhos catequéticos dos padres.

Parece-me impossível separar os estudos etnológicos e lingüísticos de Gonçalves Dias do movimento, que no Brasil coube sobretudo às primeiras gerações românticas, de fundação de uma identidade nacional nas primeiras décadas da constituição do Império do Brasil.

Hoje, depois dos estudos de Benedict Anderson, de Homi Bhabha, Renée Balibar, e de outros teóricos das identidades nacionais, tem-se consciência de que as nações são construídas pelo discurso ficcional das narrativas de fundação. Essas narrativas se caracterizam por serem um fenômeno híbrido, parte artístico-literário, parte histórico-político, que aparece no século XIX, junto com os conceitos de nação, nacionalismo e identidade cultural, concebidos como entidades estáticas, perspectiva que, ambigüamente, era fundamental para as diretrizes da era imperialista inaugurada pelas nações não-periféricas. É bem verdade que Gonçalves Dias não escreveu romances, mas seus poemas indianistas possuem as características mais marcantes da poesia épica, que como se sabe, está geneticamente associada à narrativa. Portanto, nada mais natural que situar Gonçalves Dias ao lado de José de Alencar como os precursores da literatura de fundação da nacionalidade brasileira.

Não pode passar despercebido o fato de Gonçalves Dias, filho de um português com uma mestiça cafusa, representar o povo brasileiro nas três etnias básicas de sua formação: o branco europeu, o ameríndio e o negro africano. A busca de uma identidade nacional teria sido a grande preocupação e o sentido maior de obras

como os poemas idianistas de Gonçalves Dias, assim como foram os romances indianistas de José de Alencar, principalmente *O Guarani*, de 1857, e *Iracema*, de 1865.

Vedadamente sintomático do excesso a que chegou essa busca não apenas da identidade nacional, mas das mais puras raízes dessa identidade, que hoje sabemos múltipla e multirracial, mas que nos primeiros decênios da República, o índio é que era considerado o legítimo brasileiro. Essa visão de um Brasil onde o índio era sinônimo de autenticidade vem a ser parodiada pelo grande Lima Barreto, na criação de seu personagem incomparável, Policarpo Quaresma, em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.¹

Policarpo, ridicularizado por todos, encaminha ao Congresso da República uma petição:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

E prossegue o arrazoado de nosso insano compatriota, defendendo o princípio de que tendo o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro, cessariam, como num toque de mágica, *as estéreis controvérsias gramaticais oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal*. É evidente que estamos aqui, com Lima Barreto, no campo da pilhéria e da paródia; mas talvez tenha existido no inconsciente de alguns dos nossos pais da pátria o desejo secreto de que todos fôssemos mais índios e menos brancos ou negros; basta ver os sobrenomes adotados depois da Independência por algumas famílias.

¹ LIMA BARRETO. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

Roquette-Pinto,² em conferência realizada na Academia Brasileira de Letras, lamenta a perda dos originais da segunda edição do *Dicionário Tupi* “que Gonçalves Dias chamava o seu “dicionário caboclo”. E prossegue Roquette Pinto: “Tanto mais lastimável esse acontecimento quanto ao que parece o poeta tinha enriquecido, durante as suas viagens na Amazônia, o léxico primitivo baseado no *Dicionário Português e Brasileiro* publicado em 1795...” Na referida conferência, diz ainda Roquette-Pinto: “Deixando de lado os nomes próprios que inventou para os índios do poema *Timbiras*, contam-se nas suas *Brasilianas* uma dúzia de vozes tupis: *Tupã, tacape, boré, piaga, maracá, taba, anhangá, embira, cipó, cauim, canitar, ivarapeme, muçurana, enduape, araçóia, igara, janúbia, murmuré, guau, aresqui*. Para surpresa, acham-se em seus poemas *tigre, gazela e javali*, além de *manitôs*, palavra que nada tem a ver com nenhuma das línguas indígenas do Brasil, pois se trata de fetiches norte-americanos, um empréstimo do algonquim.

A identificação do códice do Real Gabinete é registrada em papel almaço pautado (mais ou menos, meia folha) onde se lê: “Autographo de Gonçalves Dias Diccionario da lingua tupy.” Há uma etiqueta do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: nL 21543 Res 3,4 (a lápis). Uma cartolina traz o seguinte informe datilografado em caixa alta: “Dicionário da Língua Tupi. Manuscrito autógrafo de António Gonçalves Dias, oferecido ao Real Gabinete em 1874 pelo médico brasileiro Dr Ataliba de Gomensoro”. Os originais encontram-se em caixa de madeira com tampo de vidro, em muito bom estado de conservação.

É de justiça ressaltar o trabalho de identificação, higienização e preservação que vem sendo executado pelos pesquisadores do Polo de Pesquisas do Real Gabinete, sobretudo pelo núcleo Manuscritos e Autógrafos, uma tarefa paciente e meticulosa que veio dar maior evidência ao precioso acervo manuscrito, guardado tão cuidadosamente pelo Real Gabinete Português de Leitura.

O *Dicionário* de Gonçalves Dias, bem como a petição de Policarpo Quaresma, refletem bem um estágio da preocupação dos brasileiros com o patrimônio lingüístico deixado pelos índios. Sabemos que um grande número de línguas indígenas morre a cada dia. E que é preciso salvar, pois essas mortes nos empobrecem porque significam, mais que a morte de um língua, o extermínio de um povo. E quanto a isso, bastam as barbaridades que já foram cometidas. Mas em relação à língua do povo brasileiro, nossa língua portuguesa em face das línguas indígenas, cabe aqui uma referência ao *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*.³ de Antônio Geraldo Cunha. Trata-se de um excelente registro das palavras tupis que

² ROQUETTE-PINTO. *Gonçalves Dias*. Conferência realizada na Academia Brasileira, 1948.

³ CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo:Edições Melhoramentos / Instituto Nacional do Livro, 1978

se foram incorporando ao português, desde as crônicas inaugurais da terra brasileira, relatos, cartas jesuíticas, documentos cartoriais até a literatura; da *Prosopopéia*, de Bento Teixeira, ao *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Quando a morte prematuramente colheu o incansável lexicógrafo, ele continuava a garimpar nos textos mais atuais da nossa literatura, os termos tupis com que nossos autores dão mais cor local a suas narrativas e documentam a persistência no léxico da língua portuguesa das primeiras palavras ditas pelos donos da terra aos homens brancos que vieram de além mar. Seu desejo era ampliar o Dicionário com novos registros de termos tupis encontrados no português de nossos dias.

Resumo

O Real Gabinete Português de Leitura possui um códice oitocentista de grande parte do *Dicionário da Língua Tupi*, de Antônio Gonçalves Dias. O códice tem como suporte material tiras de papel almaço numeradas de 1 a 17a e de 18 a 308 e mais 4 folhas não numeradas. O princípio do texto manuscrito, quase ilegível, contém o início do *Dicionário*, editado em 1858. Comparando-se o códice gonçalvino com a primeira edição impressa pela F.A. Brockhaus, em Leipzig, verifica-se que esta possui a mais que o códice manuscrito 107 entradas relativas à letra Y, o que pode significar falta, por perda, de algumas páginas do manuscrito original. É impossível separar os estudos emolológicos e lingüísticos de Gonçalves Dias do movimento, que no Brasil coube sobretudo às primeiras gerações românticas, de fundação de uma identidade nacional nas primeiras décadas da constituição do Império do Brasil. E, como todos sabemos, o índio teve nessa tarefa de importância primordial como símbolo da nova nação que despontava nas terras americanas.

Palavras-chave: manuscrito; dicionário; tupi; identidade cultural; Gonçalves Dias

Abstract

The Real Gabinete Português de Leitura holds an ancient manuscript from the 19th century that contains a considerable portion of the Gonçalves Dias's *Dicionário da Língua Tupi*. The manuscript has as material support some paper strips numbered from 1 to 17a and from 18 to 308 and more 4 numberless strips. The beginning of the manuscript, almost unreadable, is the same beginning of the *Dictionary* published in 1858. If you compare the Gonçalves Dias's manuscript of The Real Gabinete with the first edition of the *Dictionary* by F.A. Brockhaus, Leipzig, 1858, you can evidence that the first edition has 107 headwords begun by Y more than the manuscript of the Real Gabinete. This can signify the damage of some pages by loss from the original manuscript. It is impossible to disconnect the Gonçalves Dias's ethnological and linguistical studies from the Brazilian movement for the foundation of a national identity in the Brazilian Empire constitution. As you know the Indian had in this task so important as the symbol of a new nation that rose in American lands.

Key-words: manuscript; dictionary; tupi; cultural identity; Gonçalves Dias